

A ASCENSÃO DE TRUMP E DA CHINA E RELAÇÕES DE FORÇA: UMA BREVE ANÁLISE DA HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS

THE RISE OF TRUMP AND CHINA AND RELATIONSHIP OF STRENGTH: A BRIEF ANALYSIS OF THE HEGEMONY OF THE UNITED STATES

EL ASCENSO DEL TRUMP Y CHINA Y LAS RELACIONES DE FUERZA: UN BREVE ANÁLISIS DE LA HEGEMONÍA DE LOS ESTADOS UNIDOS

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passosⁱ

RESUMO

O objetivo é responder à seguinte pergunta: à luz da análise de relações de força em termos gramscianos, como contemplar uma breve avaliação do advento de Trump e o nexos com a ascensão da China em termos da hegemonia dos Estados Unidos? A hipótese é de que a ascensão de Trump se relaciona, em parte, a processos históricos de longa duração que não permitem apontar no médio e curto prazo o declínio da hegemonia dos EUA, mesmo com a crescente presença chinesa no cenário internacional. Neste sentido, o conteúdo fordista da hegemonia norte-americana sugerido como hipótese por Gramsci passou por traduções, ressignificações, transformações históricas que não colocaram em xeque a sua ideia mestra, a saber, o consumo e a produção em massa. As forças sociais e históricas relacionadas à ascensão da China não desencadearam uma transformação que possa substituir tal quadro, mas apenas reposicionaram a Terra do Meio no âmbito da hegemonia estadunidense e se relacionam à ascensão de Trump nos EUA.

PALAVRAS-CHAVE: Análise das relações de força. Ascensão de Trump. Hegemonia da China. Hegemonia dos Estados Unidos. Fordismo.

ABSTRACT

The objective is to answer the following question: in the light of the analysis of power relations in Gramscian terms, how is it possible to analyze briefly the advent of Trump and its nexus with the rise of China in terms of United States hegemony? The hypothesis is that Trump's rise is partly related to long-term historical processes that do not allow us to point out in the medium and short term the decline of US hegemony, even with the growing Chinese presence on the international level. In this sense, the Fordist content of the American hegemony suggested as a hypothesis by Gramsci went through translations, reframings, historical transformations that did not put in question his master idea: the consumption and mass production. The social and historical forces related to the Chinese rise did not trigger a transformation that could replace such a picture, but only repositioned China within the scope of American hegemony and it is related to the rise of Trump in the U.S.

KEYWORDS: Analysis of power relations. Trump's Rise. China's Hegemony. United States Hegemony. Fordism.

RESUMEN

© Rev. Práxis e Heg Popular	Marília, SP	v.5	n.6	p. 39-56	Jul /2020	eISSN 2526-1843
-----------------------------	-------------	-----	-----	----------	-----------	-----------------

<https://doi.org/10.36311/2526-1843.2020.v5n6.p39-56>

El objetivo es responder a la siguiente pregunta: a la luz del análisis de las relaciones de poder en términos Gramscianos, ¿cómo contemplar una breve evaluación del advenimiento de Trump y la conexión con el ascenso de China en términos de la hegemonía de los Estados Unidos? La hipótesis es que el ascenso de Trump está en parte relacionado con procesos históricos a largo plazo que no nos permiten señalar a mediano y corto plazo el declive de la hegemonía de EE. UU., Incluso con la creciente presencia china en el escenario internacional. En este sentido, el contenido fordista de la hegemonía estadounidense sugerido como hipótesis por Gramsci ha sufrido traducciones, reformulaciones, transformaciones históricas que no han desafiado su idea maestra, a saber, el consumo y la producción en masa. Las fuerzas sociales e históricas relacionadas con el ascenso de China no desencadenaron una transformación que podría reemplazar esa imagen, sino que solo repositionaron la Tierra Media dentro del alcance de la hegemonía estadounidense y están relacionadas con el ascenso de Trump en los EE. UU.

PALABRAS CLAVE: Análisis de las relaciones de poder. El ascenso de Trump. La hegemonía de China. Hegemonía de los Estados Unidos. Fordismo

INTRODUÇÃO

A análise da ascensão da direita nos últimos anos e, em particular, de Donald Trump, se reveste, por vezes, de foco nas questões eleitorais e conjunturais ou, como no caso específico norte-americano, na retomada ou enunciação da tese de uma reação ou nexos ligados ao declínio da hegemonia dos Estados Unidos (EUA). Trata-se de uma abordagem apegada demasiadamente às questões conjunturais da gestão do presidente referido ou às dimensões do poder estatal reificando a análise ao abstrair este aspecto de uma perspectiva mais holista, composta por vários outros aspectos que não somente aqueles atinentes ao Estado, suas relações políticas, elementos de seu poder e aspectos internacionais. Não chega a ser diferente quando se confronta a questão da hegemonia dos EUA e uma eventual futura hegemonia chinesa.ⁱⁱ

Até mesmo a literatura dita neogramsciana conforma algumas destas tendências. Nesta linha de argumento, o ponto de partida remete à enunciação de Robert W. Cox (1981, 2007) como o grande intérprete de Gramsci para as Relações Internacionais. A análise coxiana, em boa medida, focada em força e consenso e uma sobrevalorização das questões interestatais, reduz assim o escopo da avaliação da hegemonia como processo histórico mais amplo. Há um empobrecimento de tal categoria reduzindo-a a uma perspectiva dualista com os pares hegemonia e ausência de hegemonia, hegemonia e contra-hegemonia e a antinomia hegemonia e sua ausência como uma revolução passiva.

De forma diversa, a elaboração de Gramsci sustenta que o confronto entre posições em qualquer nível – local, regional, continental, nacional, internacional – contempla direta ou indiretamente um choque de projetos hegemônicos, de parte ou conjunto de concepções de mundo mais amplas, mesmo que elas sejam apenas aspirantes a tal condição. A categoria de hegemonia enuncia na sua forma histórica completa uma

profunda e radical transformação executada pelas massas, ilustrada na fase jacobina da Revolução Francesa e no período inicial da Revolução Russa Soviética de 1917. Uma das hipóteses não desenvolvidas por Gramsci nos seus cadernos carcerários foi a recorrência da sua forma incompleta como revolução passiva na maioria dos processos históricos, vendo-a como chave para analisar tais trajetórias. Ou seja, classes e suas frações promovem uma modernização conservadora conduzida “por cima”, pelo Estado, cooptando parte das classes e grupos subalternos e das suas demandas sem dar-lhes protagonismo político. Portanto, ao contrário do que sustenta Cox, hegemonia e revolução passiva não são excludentes entre si (GRAMSCI, 1975).

Alguns dos autores inspirados em Cox e leituras das antologias temáticas de Gramsci em língua inglesa enunciam, a título de exemplificação, uma crise da hegemonia neoliberal na conjuntura histórica que abrange a gestão do presidente em questão e sua ênfase no *slogan* “*America First*”, também associada ao declínio hegemônico dos EUA (HARRIS ET AL., 2018; ÖNER, 2018; PARNREITER, 2018; LÖFFLMANN, 2019; BIEGON, 2020).

Tais análises repetem os padrões hegemônicos da Ciência Política no sentido de enfatizar os aspectos políticos, tornar outras dimensões epifenômenos da política ou abstrair do todo os aspectos centrados na política, perdendo de vista os processos históricos mais amplos e a amplitude de determinações que lhes dizem respeito. No caso de outros exemplos e análises, sobrevalorizam-se as questões conjunturais ou unidimensionais, focadas em um ou pouco aspectos.

Com outras palavras e traduções (tomadas em sentido gramsciano como ressignificações de totalidade histórica de uma elaboração original sem perder completamente o sentido original), tal é a ressalva de uma das mais relevantes formulações gramscianas do cárcere, a análise de situações enquanto relações de força (GRAMSCI, 1975: p. 1578-1589). Com este preâmbulo, enuncia-se que o objetivo deste texto é responder à seguinte pergunta: à luz da análise de relações de força em termos gramscianos, como contemplar uma breve avaliação do advento de Trump e o nexos com a ascensão da China em termos da hegemonia dos Estados Unidos?

A hipótese a ser desenvolvida de forma breve remete ao seguinte enunciado: a ascensão de Trump se relaciona, em parte, a processos históricos de longa duração que não permitem apontar no médio e curto prazo o declínio da hegemonia dos Estados Unidos, mesmo com a crescente presença chinesa no cenário internacional. Neste sentido, o conteúdo fordista da hegemonia norte-americana sugerido como hipótese por Gramsci passou por traduções, ou seja, ressignificações, transformações históricas que não colocaram em xeque a sua ideia mestra, a saber, o consumo e a produção em massa. As forças sociais e históricas relacionadas à ascensão da China não desencadearam uma transformação que possa substituir tal quadro, mas apenas reposicionaram a Terra do

Meio no âmbito da hegemonia estadunidense e se relacionam à ascensão de Trump nos EUA.

O argumento a ser percorrido seguirá as seguintes etapas: uma breve elucidação da metodologia histórica da análise das relações de força de Gramsci e seu nexos com o fordismo enquanto conteúdo da hegemonia norte-americana, uma sumária avaliação do processo histórico chinês que envolve aspectos internos e externos de seu reposicionamento na hegemonia dos EUA desde o fim dos anos 70 e o nexos destes aspectos com o advento de Trump à Casa Branca. Por fim, a conclusão resumirá os argumentos apresentados.

A METODOLOGIA HISTÓRICA DA ANÁLISE DE RELAÇÕES DE FORÇA E SEU NEXO COM O FORDISMO

As Relações Internacionais são um campo disciplinar hegemonicamente pautado por aspectos permanentes, perenes e ahistóricos nas suas categorias. A categoria canônica nesta linha de argumento é a anarquia. Isto é, o entendimento de que a inexistência de um ente dotado de soberania no plano internacional acima de todos os agentes leva os Estados a competirem egoisticamente entre si de forma semelhante à guerra de todos contra todos no estado de natureza descrito por Thomas Hobbes (1985), em que há sempre o risco e a possibilidade da violência. Qualquer que seja o período histórico, tal categoria permanece como o pano de fundo mais relevante para a análise, incidindo sobre os agentes mais relevantes (governantes, militares, diplomatas, Estados) em termos de uma natureza única e antissocial em qualquer periodização cronológica.

Este recorte teórico com um claro viés de predomínio das questões políticas é completado com a delimitação do ambiente internacional como o único ou o mais relevante para análise acrescido das relações políticas e das dimensões estatais de poder (militares, econômicas, culturais, geográficas etc), sendo estas últimas também subsumidas, subordinadas e transformadas em apêndices, epifenômenos da política.

Em uma palavra, uma perspectiva que Justin Rosenberg (2016) chamou metaforicamente de Relações Internacionais “na prisão da Ciência Política”.

A perspectiva gramsciana difere substantivamente destes referenciais.

Em primeiro lugar, o historicismo absoluto gramsciano não admite repetição ou analogia histórica. Exemplar neste sentido é a própria assimilação crítica ou tradução que Gramsci fez de Maquiavel, autor concorde com uma única natureza egoística na história humana caracterizada de forma abstrata, fixa e imutável. De forma diversa, Gramsci formula que a natureza humana deve ser explicada, dentro de certos limites, por métodos

de filologia e crítica dentro do conjunto de relações sociais historicamente determinadas (GRAMSCI, 1975: p. 1598-1599).

A menção à filologia dá ensejo a outra importante formulação metodológica do comunista sardo, a saber, a tradutibilidade ou traducibilidade ou ainda tradução (GRAMSCI, 1975: p. 469, 489, 1468, 2268). Um autor, categoria, conceito, formulação ou análise não é transposta, aplicada mecanicamente. Passa por uma ressignificação, uma reelaboração rica e complexa em consonância com especificidades históricas no todo sem perder parte do seu sentido original, ponto viável somente no âmbito do materialismo histórico. A assimilação crítica de Gramsci das várias fontes que formaram seu pensamento está inserida em tal lógica.

Embora não haja menção direta a tais aspectos na formulação gramsciana da análise das relações de força, elas se relacionam e são contempladas indiretamente no ponto em questão.

Os princípios canônicos da análise das relações de forças, inspirados em Marx, apontam para o entendimento de que nenhuma formação econômico-social se esgota antes de desenvolver todas as suas potencialidades e contradições na produção da vida e de que as sociedades só se põem tarefas quando da concretude de condições necessárias e suficientes em vias de aparecer e se desenvolver (GRAMSCI, 1975: p. 1578-1579).

Ainda conforme Gramsci, derivam-se destes cânones outros princípios de metodologia histórica, a serem elucidados sumariamente em termos do nexos orgânico entre estrutura e superestrutura. A distinção do que é orgânico, permanente, daquilo que é imediato, conjuntural. O cuidado necessário para se evitar a crítica política miúda, concentrada nos pequenos grupos dirigentes e nas personalidades individuais criando abordagens voluntaristas e individuais. A cautela para não se valer somente de causalidades unidimensionais, ou unicamente aquelas somente de ordem direta, imediata, mecânicas ou exclusivamente as congêneres de índole mediata, intermediária.

Alternativamente, Gramsci enuncia um laço dialético entre as duas ordens de movimento, conjunturais e orgânicas. Perceber a articulação dialética mencionada permite reelaborar as relações entre estrutura (a produção da vida na base social) e superestrutura (a consciência social e a base coercitiva e jurídica do Estado), de um lado. De outro lado, permite entender o vínculo entre a trajetória do movimento orgânico e do movimento de estrutura. Com o objetivo de compreender tal ligação, Gramsci assera três momentos ou graus.

O primeiro é a relação de forças sociais ligada à estrutura, à produção da vida. Ela é mensurada objetivamente nos parâmetros das ciências exatas, na quantificação precisa de empresas, operários, trabalhadores, cidades, população etc. O seu exame permite o estudo sobre as condições necessárias para a transformação de uma sociedade no tocante

ao grau de realismo e viabilidade das diversas ideologias, o seu desenvolvimento e contradições.

Em seguida, há o momento das relações de forças políticas entendido como análise do grau de homogeneidade, de autoconsciência e organização dos distintos grupamentos sociais. Este momento, por sua vez, é composto por vários graus. O primeiro, de caráter econômico-corporativo. Como a nomenclatura sugere, o caráter unitário homogêneo do grupo profissional como imperativo de organizá-lo, sem ampliar para um grupo social mais amplo. A ampliação em questão - o segundo momento - para o grupo social mais amplo possui um caráter pura e simplesmente econômico, colocando no horizonte o Estado em termos de se buscar uma igualdade político-jurídica em relação aos grupos dominantes, objetivando legislar e administrar neste âmbito dentro dos marcos existentes. A superação do patamar corporativo e econômico é o terceiro momento, levando à possibilidade de tornar-se os interesses de outros grupos subordinados, quando se marca a passagem da estrutura para as superestruturas complexas. É o momento em que as ideologias se irradiam e se impõem para toda a sociedade com a unidade moral, intelectual e dos fins econômicos e políticos. O Estado é visto como organismo de um grupo específico cuja finalidade é criar o terreno para sua expansão máxima, apresentada de um forma universal e englobadora de todas as energias de modo a se equilibrar e formar o equilíbrio dos interesses do grupo fundamental e dos demais grupos subordinados.

Os dois momentos se implicam, se traduzem, se transformam reciprocamente ao longo da história em várias possibilidades econômicas e políticas nas atividades sociais e nos territórios dos Estados com combinações e cisões originais em diferentes tempos, velocidades envolvendo inclusive o entrelaçamento com as relações internacionais entre países mais desenvolvidos e menos desenvolvidos. O nexos entre o plano nacional e o âmbito internacional se complexifica em vista das várias seções territoriais com diferentes estruturas e relações de forças em vários graus.

O terceiro momento diz respeito à relação as forças militares, imediatamente relevante nas oportunidades concretas. Ele se relaciona aos nexos entre política e guerra nas suas mais variadas combinações, alcançando desde as lutas de nações oprimidas contra aquelas hegemônicas e as lutas revolucionárias das multidões.

O desenvolvimento histórico oscila entre o primeiro e o terceiro momento, tendo a mediação do segundo. Como efetuar um abreve análise estabelecendo o nexos de tudo isto com a perspectiva gramsciana da hegemonia de conteúdo fordista dos EUA, pautada pela produção e consumo em massa?

A produção em massa almejada por Henry Ford na sua montadora homônima há cem anos só faria sentido socialmente com todo um conjunto de condições sociais que possibilitassem o consumo em massa. Na direção de viabilizar tal quadro, Gramsci diagnostica um conjunto de condições sociológicas e demográficas favoráveis nos

Estados Unidos comparativamente à Europa: a ausência de classes sociais e grupos intermediários “parasitários” remanescentes das antigas nobrezas que dificultassem a acumulação e a produção em massa, um contexto proibicionista ao alcoolismo e adepto de uma rigidez moral, sexual e financeira para as classes subalternas, conjugado com uma visão de mundo submissa, servil e coisificada da mulher como parte do conjunto de aspectos adequados aos nervos e músculos para os operários e classes hegemônicas implementarem a produção massiva mencionada. Um relativo aumento salarial aos operários que se submetessem a tal disciplina seria uma compensação e um elemento de passivização em relação à intensificação da produção e da disciplina fabril, fortemente ampliada considerando-se a pulverização e enfraquecimento dos sindicatos. De modo bem grosseiro, esta é a avaliação na qual a lavra prisional de Gramsci situa o nascimento da hegemonia norte-americana e de vários de seus componentes até os anos 1930 como hipótese de revolução passiva (GRAMSCI, 1975: p. 2137-2181).

Um dos pontos mencionados rapidamente por Gramsci (1975: p. 2140) na sua análise sobre o fordismo sugere um aspecto orgânico, de longa duração: o capital financeiro e seus mecanismos de acumulação e distribuição a partir da produção industrial. Ele se relaciona com uma temporalidade histórica de longa duração (PASSOS; FRANCO, 2017), o capitalismo imperialista inaugurado em 1870, segundo a periodização de Hilferding (1981), que marcou a era imperialista não somente em termos da fusão do capital bancário com o capital industrial, mas também em termos das diversas sínteses do capital financeiro com inúmeras atividades produtivas, entre outras características. Chama a atenção em trecho provavelmente escrito entre fevereiro e março de 1934 (FRANCIONI, 1984: p. 145), um elemento histórico-conjuntural, uma menção à China (GRAMSCI, 1975: p. 2145) como parte de um conjunto de países estagnados e impotentes política e militarmente na medida em que se registram neles o parasitismo das antigas classes nobres que obstaculiza o desenvolvimento industrial. Evidentemente que a conjuntura histórica chinesa mencionada difere completamente do período que incide nesta análise.

A análise gramsciana sobre o fordismo se reveste dos limites não somente de uma obra carcerária inacabada e passível de revisão e reelaboração conforme sua própria manifestação em outros momentos, como também a impossibilidade de vislumbrar no horizonte histórico o alcance que a nascente hegemonia fordista alcançaria. Apesar disto, elementos que apontariam para este caráter orgânico, durável já ficaram evidenciados com a enorme repercussão dos métodos fordistas como verdadeira concepção de mundo constatada imediata e inicialmente por Gramsci e depois nas diferentes transformações, aparências e revestimentos que a produção e consumo em massa assumiram ao longo de mais de cem anos, inclusive como stakhanovismoⁱⁱⁱ na União Soviética, em que se perdeu

de vista a avaliação de que a técnica não é empreendimento neutro e sim pertencente a uma concepção de mundo mais ampla de classes e suas frações (DIAS, 2012).

Em termos de um balanço parcial do argumento, há alguns pontos a destacar. O primeiro diz respeito ao caráter orgânico, de longa duração, do capitalismo imperialista desde 1870, com a participação do capital financeiro de forma imbricada com a indústria e demais atividades produtivas. O segundo concerne a outro aspecto de permanência histórica, o fordismo com seu princípio de produção e consumo em massa como linha-mestra de organização do capitalismo. O terceiro sublinha os elementos de conjuntura histórica de transformação, tradução pelos quais passaram o fordismo e o capitalismo imperialista ao longo de mais de cem anos, aspectos que transcendem o escopo deste artigo. O quarto aspecto enuncia a profunda transformação histórica pela qual passou a China em relação à sumária análise de Gramsci, sendo a mesma uma das principais potências do capitalismo global. O quinto e último, mas não menos importante, remete ao processo histórico da hegemonia fordista norte-americana que se apoia em temporalidade histórica longa e ainda não esgotada. Este ponto e o nexos com a ascensão chinesa serão abordados a seguir.

UMA PARTE DO PROCESSO HISTÓRICO CHINÊS E SEU REPOSICIONAMENTO NA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA

A hegemonia fordista norte-americana de suas classes ligadas ao capital financeiro se consolidou com o choque interimperialista e inter-hegemônico da Segunda Guerra Mundial. Os EUA saíram do conflito com seu território praticamente intacto, um menor número relativamente em perdas de forças produtivas em comparação com outros envolvidos no conflito, fazendo valer, inclusive, a sua superioridade de recursos e sua concepção de mundo fordista para superar algumas lacunas tecnológicas em armamentos, devidamente compensadas com a economia de escala que facilitava a produção de muito mais armas em estreita conexão com a produção de bens e componentes para a vida civil. A sua economia respondia por mais da metade do PIB mundial, posição que foi enfraquecida gradativamente ao longo do século XX. Espasmos conjunturais que sugeriam uma eventual superação de sua hegemonia pelo capital financeiro do Japão e da União Europeia liderada pela Alemanha nos anos 90 não tiveram fôlego de longo prazo. A tradução do fordismo em termos de totalidade histórica enquanto manutenção da sua hegemonia no século XXI foi acompanhada de vários aspectos ideológicos, econômicos, culturais, linguísticos relacionados organicamente entre si. Devem ser destacados entre os aspectos econômicos a manutenção do dólar norte-americano como o padrão para a ampla maioria das transações econômicas internacionais, atual composição de 20% do PIB mundial pelos EUA, bem como sua superioridade militar convencional e nuclear

acompanhada do maior orçamento militar do mundo, da ordem de US\$ 700 bilhões (PASSOS, 2019: p. 67).

A hegemonia estadunidense de seu capital financeiro aceitou uma lógica passivizadora de vultosos investimentos de reconstrução econômica, direitos sociais e relativo bem-estar no Japão e na Europa Ocidental a fim de bloquear uma ampliação da hegemonia regional da União Soviética (URSS). O fim da Guerra Fria se desdobrou no fim desta lógica desigual de passivização que se manifestou em todo o globo, sendo substituída por uma perspectiva bem lesiva às classes trabalhadoras no contexto mais amplo de um conteúdo neoliberal que foi acrescido à hegemonia dos EUA^{iv}.

Uma das crises mais recentes de lucratividade do capital financeiro dos centros do capitalismo imperialista, como os EUA, remonta aos anos 1970. Desde tal período, o capitalismo financeiro buscou várias alternativas para extrair excedentes de mais valor nos Estados da periferia global. Este movimento alcançou também a República Popular da China (BIELER; MORTON, 2018) e coincidiu com as reformas iniciadas em 1976 com a morte de Mao Tsé-tung em 1976.

Antes do início da maior abertura chinesa no fim dos anos 70 ao capital financeiro, é importante registrar historicamente um significativo distanciamento envolvendo algumas posições políticas e ideológicas entre o Partido Comunista da China e o Partido Comunista da URSS (com recomendações e formulações muito distantes da realidade chinesa) anterior à Revolução Chinesa de 1949 e posterior a isto, ponto que não é o foco deste texto. O distanciamento em questão culminou com a ruptura entre ambos em 1960, chegando a haver escaramuças militares de fronteira no final da mesma década. A aproximação da China com os EUA conduzida ao longo da década de 70 culminou com o reestabelecimento de relações diplomáticas em 1979. A perspectiva de se aproximar da China como rival e vizinha da URSS, o potencial econômico de um Estado dotado de um enorme território e população eram algumas das justificativas mais factíveis para tal aproximação naquela conjuntura histórica.

Portanto, nota-se que a competição inter-hegemônica e interimperialista entre EUA e URSS foi um componente importante nesta reaproximação e processo de reposicionamento chinês na hegemonia norte-americana. Como explicar resumidamente o processo histórico mais amplo que vai da retomada de relações diplomáticas até a competição inter-hegemônica entre EUA e China? Parte do argumento pertinente à questão proposta passa por perspectiva das diferentes temporalidades da produção da vida e pela hipótese do processo chinês contemplar uma especificidade enquanto revolução passiva.

No sentido dos diferentes tempos de transformação das dimensões da vida, Gramsci assinalou em 1919 que o capitalismo é um fenômeno histórico mundial, sendo seu desenvolvimento econômico compreendido de forma que os Estados não podem ter

o mesmo nível simultaneamente (GRAMSCI, 1919 apud MORTON, 2007: p. 1). O ponto que importa para a análise é exatamente a enorme disparidade econômica entre China e EUA no momento desta aproximação política.

A despeito da China ter passado por grandes transformações para superar o quadro genericamente descrito por Gramsci de um país de enorme pobreza e opressão, composto por 90% de camponeses e ter alcançado importantes metas de expectativa de vida, produção de alimentos e educação, seu crescimento anual se dava a taxas inferiores a Japão, Hong Kong, Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura. Seu PIB era inferior ao congêneres do Canadá, Itália e apenas um quarto do Japão (HOBSBAWM, 1995: p. 449, 455, 456).

O processo de modernização que se seguiu, dentro das especificidades chinesas, parece convergir para elementos da categoria gramsciana de revolução passiva.

Conforme já reiterado, a China era constituída essencialmente de uma enorme população camponesa, base da revolução e da vitória do Partido Comunista na breve guerra civil finalizada em 1949, amparada em boa medida por uma doutrina militar de cerco da cidade pelo campo. O seu perfil demográfico permaneceu essencialmente com tal característica até a morte de Mao. Um processo de passivização nos termos gramscianos teria que levar este dado objetivo em consideração. Em que consistiu a modernização conservadora chinesa conduzida pelo Estado?

Uma maior inserção da China na economia capitalista internacional coincide com o desenvolvimento acelerado experimentado desde as reformas da era pós-Mao. A transformação da China no que hoje é a “indústria do mundo” envolveu a descentralização da gestão das empresas estatais, descoletivização da agricultura, abertura aos investimentos estrangeiros, somente para citar algumas medidas.

A trajetória gradual de incremento da industrialização chinesa e de entrada de investimentos estrangeiros se aproveitou da enorme massa de camponeses desempregados, mas dotados de um perfil de boa formação e educação, testemunhado o maior êxodo rural da história (ROSENBERG; BOYLE, 2019: p. e40, tradução própria):

Uma industrialização limitada precisava acontecer para garantir a independência da China no futuro. Mas, dada a sua base social rural, o PCCh^v não seguiria a política de Stalin de uma urbanização violenta do campesinato. Em vez disso, a propriedade privada foi abolida e o campo foi coletivizado, permitindo finalmente ao Estado extrair um excedente rural para investimento em novas indústrias nas cidades. A população rural, enquanto isso, foi fixada nas comunas e impedida de migrar para as cidades. E essas estruturas políticas se tornaram o veículo para a prestação de serviços - como educação e saúde - em níveis nunca antes experimentados pela maioria das áreas rurais da China [...].

Mais tarde, ficaria claro que esse “desenvolvimento combinado” peculiar de uma economia de comando stalinista com as fundações

amplamente ainda agrárias da sociedade chinesa produziram um efeito não intencional de grande consequência: um enorme reservatório de trabalho saudável e educado, represado no campo, mas disponível para a rápida expansão da indústria quando a política do Estado mudou. Quando as comportas foram abertas, o resultado seria o maior processo de migração interna na história - cerca de 144 milhões em 2000 [...] - alimentando a demanda por mão-de-obra barata impulsionado por níveis igualmente sem precedentes de investimento estrangeiro vindo de países capitalistas mais avançados.

Esta incorporação deste extrato subalterno ao mercado e na vida assalariada na lógica de passivização de tal classe. Mas também em termos de superexploração, com um preço médio de hora de trabalho de US\$0,67 (ROSENBERG; BOYLE, 2019: p. e42). De uma certa forma, na lógica da revolução passiva, uma incorporação de demandas das classes e grupos hegemônicos ao inseri-los no mercado de trabalho de uma forma muito precária e sem dar-lhes direção deste processo^{vi}. Evidente que este custo baixo de mão de obra contribuiu enormemente para a atração de investimentos do capital financeiro originado de outros Estados.

Relacionado a isto, o contexto de relativa pobreza e de baixo desenvolvimento (em comparação com os mais avançados centros do capitalismo imperialista) da China no fim dos anos 70 passou por uma transformação bastante rápida, que “pulou etapas” para se chegar ao quadro contemporâneo. O intercâmbio com o acesso de milhares de estudantes chineses a universidades no exterior, os vários acordos e convênios de cooperação técnica e científica com os EUA, com outros Estados e com agências como o Banco Mundial contribuíram para esta elevação de vários degraus. Como Gramsci já havia enunciado na sua reflexão sobre a análise da relação de forças, países desenvolvidos podem ser imitados por Estados menos desenvolvidos na adoção de ideologias (GRAMSCI, 1975: p. 1585). Neste caso, avalia-se que raciocínio semelhante pode ser estendido a outras possibilidades de transformação de dimensões da vida, como ocorreu no caso chinês.

Conforme já escrito, todo este processo, a despeito de credenciar a China para uma competição inter-hegemônica e interimperialista com os EUA, reposicionou a Terra do Meio na hegemonia fordista estadunidense. Concorrem para isto a dependência em vários graus estabelecidas com Washington, como o caráter exportador de manufaturas para um mercado de maior capacidade aquisitiva e financiadora, dotado de um capital financeiro mais robusto que deslocou boa parte de suas plantas industriais para a China. Outro aspecto da maior relevância é a tradução do fordismo para as especificidades chinesas, caracterizando um processo histórico em que não se criou uma concepção de mundo alternativa ao fordismo. Ainda que em termos conjunturais a ascensão chinesa

tenha elementos de longa e curta duração em termos de processo histórico que resultaram em PIB de US\$ 13 trilhões – o segundo maior do mundo - ante os US\$20 trilhões doo EUA como um dos principais elementos de um desafio ao *hegemon*, esta trajetória também proporcionou a emergência de uma distinta forma de conceber a hegemonia dos Estados Unidos e sua inserção interimperialista e inter-hegemônica, materializados na eleição de Trump.

Quais as consequências deste processo histórico no sentido de contribuir para a conjuntura histórica de ascensão de Trump? Este é o ponto derradeiro do texto, a ser abordado a seguir.

A ASCENSÃO DE TRUMP

Alguns analistas enxergam a gestão Trump como o fim de um período de uma hegemonia liberal que se seguiu nas últimas gestões presidenciais estadunidenses (LÖFFLMANN, 2019; POSEN, 2018; MEARSHEIMER, 2016) e a ascensão de um projeto hegemônico de teor contrário a isto. Neste sentido, a postura mais ofensiva e assertiva contra o Irã e seu projeto nuclear, a guerra comercial com a China e a Europa, a cobrança incisiva dos aliados da OTAN de uma maior parcela de gastos e contribuições para a aliança militar, as políticas e visões xenófobas, racistas associada a várias nacionalidades, estrangeiros e imigrantes na política exterior e na política interna em várias das manifestações públicas do presidente e de seu governo, o aumento de medidas protecionistas à economia norte-americana, as medidas para buscar reverter a perda da hegemonia estadunidense seriam a justificativa de tal avaliação.

As avaliações referidas, motivadas pelos referenciais tradicionais das Relações Internacionais, privilegiam os Estados e seus projetos hegemônicos no sistema internacional de forma monolítica, coesa, homogênea, de forma separada dos demais aspectos da vida social.

Uma avaliação gramsciana difere substantivamente disto. De forma diversa, o projeto hegemônico estadunidense se presta a contradições, fissuras internas e conflitos. Tudo isto se relaciona vários aspectos da vida social, como a política interna. O processo histórico de ascensão chinesa em diapasão de distintas temporalidades de produção da vida também contribuiu para a conjuntura histórica que levou à eleição de Trump e uma distinta perspectiva de conduzir o processo hegemônico estadunidense.

Resumindo os resultados da trajetória desigual dos tempos de transformação da trajetória chinesa em comparação com a análise estrutural das relações de forças dos EUA (ROSENBERG; BOYLE; 2019: p. e46, tradução própria):

Esse “choque da China”, como ficou conhecido [...], acelerou o processo de desindustrialização que vinha ganhando ritmo desde a década de 1980. Os setores expostos a importações de baixo custo apresentaram taxas crescentes de fechamentos de fábricas e despejo de mão-de-obra à medida que as empresas mudavam uma proporção crescente de seu trabalho rotineiro de fabricação no exterior, ou abandonou inteiramente setores menos competitivos [...]. O resultado foi um declínio acentuado no emprego industrial. Entre 2000 e 2007, o número de empregos na indústria manufatureira nos EUA diminuiu um quinto (3,6 milhões), enquanto o emprego industrial na Grã-Bretanha caiu mais de um quarto, com uma perda de quase um milhão de empregos [...]. A análise sugeriu que o aumento das exportações da China foi responsável por um quarto das perdas de empregos na área de manufatura nos EUA no período de 1990 a 2007 e de um quinto a um terço do declínio na Grã-Bretanha entre 2000 e 2015 [...].

Obviamente, a perda de empregos foi apenas um lado da moeda. O outro lado foi o aumento da produtividade e lucratividade das empresas que agora redirecionaram seus processos de produção através da força de trabalho chinesa muito mais barata. E quando a produção não competitiva foi abandonada, a fabricação nos EUA se beneficiou de um efeito duplo: maior concentração em atividades produtoras de maior valor e, simultaneamente, preços mais baixos para insumos importados [...]. Os benefícios das exportações chinesas também não foram limitados à manufatura. No enorme setor americano de serviços, a queda nos preços das mercadorias de TIC^{vii} importados da China facilitou a adoção rápida e generalizada de tecnologias digitais que aumentaram a produtividade [...]. O resultado foi uma melhoria notável no crescimento geral da produtividade, com os EUA (e até certo ponto a Grã-Bretanha) avançando à frente da Europa e Japão na década de 1995 a 2004 [...]. Aprofundando a interdependência entre uma rápida industrialização da China e um país cada vez mais pós-industrial - entre Shenzhen e o Vale do Silício - pareceu assim elevar a economia americana a um novo caminho de maior crescimento.

Por fim, como estabelecer o nexo de todos estas assertivas com a eleição de Trump? O cerne da análise pode ser assim expresso de maneira bastante relevante, justificando assim a longa citação (ROSENBERG; BOYLE; 2019: p. e48-e51, tradução própria):

Parcialmente tomado como resultado, quando (a partir de junho de 2009) a economia dos EUA finalmente começou a sair da recessão, a recuperação não incluiu um renascimento do emprego industrial. Essa “recuperação” nos EUA e na Grã-Bretanha após o ano de 2010 mostrou-se extremamente distorcida, gerando relativamente poucos empregos rotineiros de renda média [...]. Em 2016, o emprego no setor manufatureiro dos EUA havia recuperado apenas um terço dos 2,3 milhões postos de trabalho perdidos em 2008 e 2009, embora a produção tenha aumentado em um quinto [...]. Como consequência, a maior parte do crescimento do emprego nos EUA durante a recuperação ocorreu em empregos não rotineiros de salários baixos, como hotelaria e cuidados com saúde. Na Grã-Bretanha, a recuperação de empregos foi mais em forma de ampolheta, com forte crescimento tanto nos serviços de baixo salário quanto nos negócios de alta renda e áreas profissionais de alto salário [...]. A manufatura, no entanto, permaneceu moribunda: em 2015, o setor conseguiu

recuperar apenas 80.000 dos mais de 400.000 empregos de manufatura perdidos em 2008-10 [...]. Ambos os países viram uma retomada da tendência de aprofundamento da polarização do mercado de trabalho que caracterizou o período anterior. [...]

Por sua vez, isso significou que a recuperação assumiu uma forma altamente regionalizada. Áreas metropolitanas como Londres e o sudeste do Reino Unido ou os corredores costeiros de Nova York e Los Angeles nos EUA se beneficiaram de um forte serviço de crescimento da indústria. Mas em áreas “não metropolitanas” historicamente mais dependentes do emprego industrial - as Midlands na Grã-Bretanha e nos estados do Centro-Oeste dos EUA - a recuperação nunca chegou. Até 2016, os níveis de emprego nas áreas metropolitanas dos EUA não apenas reverteram sua queda de 5% entre 2008 e 2009; eles estavam agora em 4,8% acima dos níveis anteriores à crise. Nas áreas não metropolitanas, no entanto - que já haviam suportado o peso das perdas de empregos décadas anteriores - as taxas de emprego permaneceram 2,4% abaixo do que haviam sido no início de 2008 [...]. Enquanto isso, em algumas regiões industriais da Grã-Bretanha, como Yorkshire e Humberside, o PIB per capita em 2015 definhava ainda cerca de 6% abaixo do nível anterior à crise e 14% abaixo da média nacional [...].

E escusado será dizer que essas regiões também foram as mais atingidas quando o governo central reduziu os gastos com assistência social e emprego no setor público após 2010 [...]. Não é de admirar que, em ambos os países, essas regiões tenham se tornado o epicentro de uma polarização política nacional. A polarização em si não era nova. Nos Estados Unidos, a eleição de Ronald Reagan em 1980 e o sucesso do “Contrato com a América” de Newt Gingrich nos anos 90 havia refletido uma crescente divisão cultural entre grandes cidades etnicamente mescladas, com economias diversificadas baseadas em serviços e os mais subúrbios brancos da “classe média da América”. Mas essa divisão se tornou mais aparente nos anos 2000, quando os americanos se tornaram menos moderados politicamente, mudando seu apoio para candidatos mais extremos, tanto da direita quanto da esquerda. E como David Autor e seus colegas mostram, houve uma correlação entre o aumento do apoio dos eleitores a republicanos mais conservadores no Congresso e a exposição de uma economia manufatureira local para importar a concorrência da China. Particularmente em comunidades majoritariamente brancas, o aumento da exposição comercial ao longo dos anos 2000 catalisou o apoio aos republicanos do “Tea Party” - populistas de direita que se opõem à imigração e aos acordos comerciais multilaterais. [...]

Finalmente, a desigualdade regional da recuperação econômica nos dois países (acentuada pelo impacto diferencial do choque da China nas indústrias manufatureira e de serviços), acrescentou uma dimensão cultural e racial à política polarização que precedeu os votos de 2016. Nos EUA, onde os brancos representam 62% da população total, áreas não metropolitanas são 78% brancas, enquanto esse número cai para apenas 56% nas cem maiores áreas urbanas onde estão concentradas minorias étnicas e imigrantes recentes. Com trabalhadores brancos assim super-representados em áreas em declínio e sub-representadas nas regiões em expansão, uma “classificação racial desigual de empregos” [...] chegou a caracterizar a recuperação: dos nove milhões de novos empregos criados entre 2007 e 2016, a maioria foi para a minorias étnicas urbanas, enquanto os brancos tiveram uma perda líquida de 700.000 empregos (embora, no geral, é claro, os trabalhadores brancos mantivessem sua liderança econômica significativa sobre as minorias étnicas). [...]

O apoio nas primárias democratas ao candidato de esquerda anti-livre comércio Bernie Sanders foi forte em os distritos norte e centro-oeste mais expostos à competição econômica estrangeira [...]. Quando Hillary Clinton recebeu a indicação, no entanto, estes distritos foram deixados sem um candidato democrata preparado para desafiar o *status quo* da política comercial. Eles se voltaram, portanto, para Donald Trump, produzindo uma mudança suficiente nos principais estados do pleito - Wisconsin, Pensilvânia e Michigan - para ganhar o voto no colégio eleitoral. Essa mudança foi especialmente forte em municípios com uma alta parcela de trabalhos de rotina vulneráveis a terceirização ou automação.

Em resumo, um longo processo histórico de desenvolvimento desigual do capitalismo da China que atraiu investimentos, indústrias e criou empregos em condições extremamente interessantes para extração de mais-valia para o capital financeiro dos centros capitalistas – e dos EUA em particular -, situado em processo histórico de competição interimperialista e inter-hegemônica entre ambos produziu importantes repercussões na conjuntura que resultou na eleição de Donald Trump.

CONCLUSÃO

Ao longo desta breve reflexão, foram apresentados alguns argumentos centrais. A análise gramsciana de relações de força não se pauta pela unidimensionalidade nem pelo apego somente a conjunturas. Ela parte de processos históricos vistos em sua amplitude e totalidade a fim de diagnosticar todas as potencialidades desiguais de produção da vida e suas contradições como parte da avaliação sobre a geração de uma significativa transformação histórica ou, de forma distinta, uma certa continuidade de tal trajetória.

Os elementos iniciais aqui apresentados apontam para uma perspectiva orgânica, de longa duração e contínua tradução, transformação da hegemonia norte-americana fordista capitaneada pelas classes e frações controladoras do capital financeiro estadunidense. Sob a hipótese de uma lógica e especificidade de um processo histórico de revolução passiva, o fordismo em questão é recepcionado, traduzido e ressignificado em todo o mundo em distintas temporalidades de produção da vida, como ocorreu na China de forma mais intensa a partir do final dos anos 70.

Ainda como hipótese, o processo desigual de desenvolvimento econômico chinês com seus traços específicos de revolução passiva se configurou como um curso histórico de longa duração insuficiente para reverter a hegemonia estadunidense. Mas ocorreu de forma suficiente para se associar à nova crise orgânica do capital inaugurada em 2008 e aos efeitos mais duradouros da nova divisão internacional do trabalho em que se coloca como dependente dos EUA, produzindo efeitos relevantes nas classes – notadamente de

brancos de grandes centros – que perderam seus empregos de modo a direcioná-los para o voto em Trump.

Toda análise de conjuntura se expõe a riscos que somente a análise do processo de longa duração pode dirimir. Portanto, coloca-se em aberto esta reflexão para o debate.

REFERÊNCIAS

BIELER, Andreas; MORTON, Adam David. **Global capitalism, global war, global crisis**. Cambridge: Cambridge University, 2018.

BIEGON, Rubrick. US Hegemony and the Trans-Pacific Partnership: Consensus, Crisis, and Common Sense. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 13, n. 1, p. 69-101, 2020.

COX, Robert W. Book review: Unravelling Gramsci: Hegemony and passive revolution in the global political economy by David Morton. **Capital & Class**, n. 93, p. 258-261, 2007.

_____. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. **Millennium**, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Revolução passiva e modo de vida: ensaio sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia**. São Paulo: Sundermann, 2012.

FRANCIONI, Gianni. **L'Officina Gramsciana: ipotesi sulla struttura del "Quaderni del carcere"**, Nápoli: Bibliopolis, 1984.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**, Torino: Einaudi, 1975.

GRAY, Kevin. Labour and the state in China's passive revolution. **Capital & Class**, v. 34, n. 3, p. 449-467, 2010.

HAYES, Peter. Trump and the interregnum of American nuclear hegemony. **Journal for Peace and Nuclear Disarmament**, v. 1, n. 2, p. 219-237, 2018.

HARRIS, Jerry et al. Trump and American Fascism. **International Critical Thought**, v. 7, n. 4, p. 476-492, 2017.

HILFERDING, Rudolf. **Finance capital – A study on the latest phase of capitalist development**, London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

HOBBS, Thomas. **Leviathan or The Matter, Forme, and Power of a Commonwealth Ecclesiastical and Civil**, London: Penguin, 1985.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos : o breve século XX : 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LÖFFLMANN, Georg. From the Obama Doctrine to America First: The erosion of the Washington consensus on grand strategy. **International Politics**, p. 1-18, 2019.

MASTRO, Oriana Skylar. The Stealth Superpower: How China Hid Its Global Ambitions. **Foreign Affairs**, vol. 98, n. 31, 2019. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/china-plan-rule-asia>. Acesso em 5 de junho de 2020.

MEARSHEIMER, John. The Gathering Storm: China's Challenge to US Power in Asia. **The Chinese Journal of International Politics**, Vol. 3, p. 381–396, 2010.

MEARSHEIMER, John. Trump should embrace a realist foreign policy. But he can take on infamous Washington “Blob”? **Foreign Policy**, 27/11/2016. Disponível em: <https://nationalinterest.org/print/feature/donald-trump-should-embrace-realist-foreign-policy-18502>. Acesso em 18 de março de 2020.

MORTON, Adam David. **Unravelling Gramsci – Hegemony and Passive Revolution in the Global Political Economy**, London: Pluto, 2007.

ÖNER, Çağatay. **For whom the bell tolls - A neo-Gramscian analysis of the decline of American hegemony**. Istanbul: Tese de Doutorado apresentada à Universidade İstanbul Bilgi. 2018

PARNREITER, Christof. America first! Donald Trump, the demise of the US hegemony and chaos in the capitalist world-system. **Zeitschrift für Wirtschaftsgeographie**, v. 62, n. 1, p. 1-13, 2018.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. Interregno hegemônico? Uma avaliação sobre a hegemonia dos Estados Unidos a partir da análise das relações de força dos cadernos carcerários de Gramsci. **Revista Novos Rumos**, v. 56, p. 59-69, 2019.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos; FRANCO, Thiago Fernandes. A mudança na política externa brasileira no governo Temer ou o mito da interrupção da luta contra-hegemônica e anti-imperialista brasileira. In: CORSI, Francisco; SANTOS, Agnaldo dos; CAMARGO, José Marangoni (org.). **A conjuntura brasileira e latino-americana em um contexto de crise**. Bauru: Canal 6; Projeto Editorial Praxis, 2017, p. 150-221.

POSEN, Barry R. The Rise of Illiberal Hegemony: Trump's Surprising Grand Strategy. **Foreign Affairs**, v. 97, p. 20-27, 2018.

ROSENBERG, Justin. International relations in the prison of Political Science. **International Relations**, v. 30, n. 2, p. 127-153, 2016.

ROSENBERG, Justin; BOYLE, Chris. Understanding 2016: China, Brexit and Trump in the history of uneven and combined development. **Journal of Historical Sociology**, 2019, 32, p. e32-e58.

NOTAS

1 Professor Associado I da Unesp – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Marília. Doutor em Ciência Política pela USP, Livre-Docente em Teoria das Relações Internacionais pela Unesp, coordenador do Grupo de Pesquisa Marxismo, Estado, Política e Relações Internacionais da Unesp e um dos coordenadores do Laboratório de Pensamento Político (Unicamp) (ORCID: 0000-0002-5542-2812). E-mail: rodrigo.passos@unesp.br

² A título de exemplificação de tal perspectiva, consulte-se MASTRO (2019) e MEARSHEIMER (2010).

3 Referência a Alexei Stakhanov, operário soviético que em 1935 teria superado em muito a sua cota de extração diária de carvão e foi tomado como exemplo e instrumento de propaganda e de coação pelo governo de Stalin. Conforme o discurso oficial, o trabalho dos operários até a exaustão se justificaria porque não mais haveria exploradores e os ganhos de produção excedente seriam apropriados exclusivamente pela classe operária (PASSOS, 2019: p. 63).

4 Para um maior desenvolvimento do argumento de que a hegemonia dos Estados Unidos não encontra indícios de uma crise terminal e de que provavelmente permanecerá como aspecto orgânico, de longa duração, consultar PASSOS, 2019.

5 Partido Comunista da China.

6 Para uma avaliação mais profunda do processo histórico chinês enquanto revolução passiva, consultar GRAY, 2010.

7 Tecnologias de Informação e Comunicação.

Recebido em 23 de maio de 2020

Aceito em 18 de junho de 2020

Editado em julho de 2020